



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A DIFICULDADE DO PROFESSOR DE ENSINO
MÉDIO PARA IMPLEMENTAR A POLÍTICA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Márcia Rosane de Souza

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil.
2011**

**A DIFICULDADE DO PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO
PARA IMPLEMENTAR A POLÍTICA NACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Márcia Rosane de Souza

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Dra. Maria Luiza Rodrigues Flores

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil.
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação**

**Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**A DIFICULDADE DO PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO PARA
IMPLEMENTAR A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

elaborada por
Márcia Rosane de Souza

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão Examinadora

Maria Luiza Rodrigues Flores, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

João Luis Pereira Ourique, Dr. (UFSM)

Maiane Liana Hatschbach Ourique, Me. (UFSM)

Daniele Rorato Sagrillo, Me. (UFSM)

Sapucaia do Sul, 17 de setembro de 2011.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para suportar as dificuldades encontradas ao longo do caminho e por ajudar-me a alcançar o objetivo proposto; a meu filho, que me auxiliou muitas vezes e que sempre foi minha inspiração para continuar crescendo profissionalmente e intelectualmente; a meus pais que me educaram da melhor maneira possível, mostrando a importância da educação e do aprendizado e a minhas irmãs, que tiveram paciência e auxiliaram-me com os meios digitais e programas de computadores que antes não tinha contato.

À orientadora, Prof^a. Dra. Maria Luiza Rodrigues Flores pela dedicação, paciência, incentivo, nos momentos de dificuldade e pelo conhecimento dividido.

Aos professores, tutores presenciais e a distância, e a equipe do Polo UAB de Sapucaia do Sul que sempre dedicaram seu tempo nos atendendo de forma eficiente e especial em todos os momentos solicitados.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação à Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A DIFICULDADE DO PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO PARA TRABALHAR COM A INCLUSÃO

AUTORA: MÁRCIA ROSANE DE SOUZA
ORIENTADORA: MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES
Data e local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 16 de setembro de 2011.

Esta pesquisa investigou a implementação de políticas de inclusão no âmbito do Ensino Médio, em uma escola da rede estadual do Rio Grande do Sul, sendo desenvolvida através de um estudo de caso durante o período de março a maio, do ano de 2011. O objetivo principal foi analisar o processo de implementação da Política Nacional de Inclusão de pessoas com deficiências nesta Escola e investigar possíveis dificuldades dos professores de ensino médio para realizarem a inclusão escolar. Os objetivos específicos foram: avaliar dificuldades encontradas pelos professores das áreas do conhecimento no ensino médio para promoverem a construção do conhecimento aos alunos com deficiência; os tipos de deficiências encontradas nesta Escola; as condições objetivas e físicas da mesma para implementar a “Política Nacional de Inclusão” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008) aos alunos em processo de inclusão; analisar e sistematizar as leis referentes à inclusão escolar; e investigar, junto aos professores, as dificuldades encontradas no dia-a-dia, para a realização do trabalho, levando em conta as áreas de conhecimento e quantidade de períodos trabalhados com esses alunos. A abordagem metodológica foi a pesquisa qualitativa, levando em consideração que esta possui uma visão mais subjetiva, mais próxima do ideal (QUEIRÓS, 2006). A fundamentação teórica do estudo realizado foi de natureza qualitativa e aprofundou autores como Mazzotti (2006) e Godoy (1995); realizou-se a coleta de dados através de questionários aplicados à equipe diretiva e aos professores do Ensino Médio, envolvendo também a análise de leis e documentos referentes à inclusão escolar. Após a coleta de dados e análise dos mesmos, concluiu-se que a inclusão escolar ainda não está sendo realizada na prática, como deveria; que muitos alunos mesmo frequentando a escola regular, não têm acesso ao ensino como os demais e que os professores tentam fazer seu trabalho da melhor forma, mas encontram dificuldades diárias, pelo despreparo ou pelo pouco tempo para realização de um trabalho eficiente.

Palavras-chaves: Gestão da Educação. Inclusão Escolar. Ensino Médio.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação à Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

THE DIFFICULTY OF THE SCHOOL TEACHER TO IMPLEMENTA NATIONAL POLICY OF INCLUSIVE EDUCATION

AUTHOR: MÁRCIA ROSANE DE SOUZA

ADVISER: MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES

Place and Date of Defence: Sapucaia do Sul/RS, 16 de september de 2011.

This research investigated the implementation of politics of inclusion in the High School, in a public school in the Rio Grande do Sul. It was developed through a case study done during March-May, in the year 2011. The main objective was to analyze the process of implementation of the National Politics of Inclusion of people with disabilities in this school and to investigate possible difficulties of high school teachers to conduct school inclusion. The specific objectives were to assess the difficulties encountered by high school teachers to teach students with disabilities, the types of disabilities found in this school, the physical and objectives conditions to implement the "National Policy of Inclusion"(Ministry of Education, 2008) students in the inclusion process, analyze and systematize the laws regarding school inclusion, and investigate, with teachers, the difficulties encountered in day-to-day, to get the job done, considering the areas of knowledge and amount of work time with these students. The methodological approach was qualitative research, considering that this research has a subjective view, close to the ideal (Want, 2006). The theoretical basis for the study was qualitative and approached authors as Mazzotti (2006) and Godoy (1995), The data collection was done through questionnaires applied to the management team and high school teachers, also involving the analysis of laws and documents school inclusion. After the data collection and their analysis, concluded that educational inclusion is not realized in practice, many students even attend school regularly, have no access to education as others, and that teachers try to do their best job, but find it hard all day, or unprepared for a short time to perform an efficient job.

Keywords: Education Management. School Inclusion. High school.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dados de identificação dos entrevistados	32
QUADRO 2 – Quantidade de alunos com deficiência por turma	35

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Atividades realizadas pelos professores.....	38
--	----

LISTA DE SIGLAS

AIPD – Ano Internacional das Pessoas Deficientes
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência
DF – Distrito Federal
Dr^a. - Doutora
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EM – Ensino Médio
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC – Instituto Benjamin Constant
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFETs – Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU – Organização das Nações Unidas
PAR – Plano de Ações Articuladas
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE – Plano Nacional de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional
Prof^a. - Professora
ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
ProUni – Programa Universidade para Todos
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS – Rio Grande do Sul
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SOE – Serviço de Orientação Educacional

SSE – Serviço de Supervisão Escolar

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Autorização da Escola.....	45
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	46

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado à equipe diretiva.....	49
APÊNDICE B – Questionário aplicado aos professores do Ensino Médio.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO	16
1.1 Políticas Públicas de Educação no Brasil	16
1.2 Políticas de Inclusão Escolar	23
2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	29
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	32
3.1 Contextualização da Escola pesquisada.....	32
3.2 O que diz a equipe diretiva sobre as Políticas de Inclusão na Escola.....	33
3.3 O que dizem os docentes sobre as Políticas de Inclusão na Escola.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXOS	50
APÊNDICES	54

INTRODUÇÃO

Esta monografia referente ao Curso de Especialização em Gestão Educacional a distância da Universidade Federal de Santa Maria, tem como tema principal as políticas de inclusão no Ensino Médio e os problemas encontrados pelos professores, dentro do sistema de ensino regular para efetivação do paradigma legal e conceitual vigente. Foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso em uma Escola Estadual de Ensino Médio da rede pública, aqui denominada, com nome fictício de Escola Esperança, situada na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

O trabalho apresenta os resultados obtidos após a realização do estudo de caso, cujo objetivo principal foi o de identificar como vem se dando os processos de inclusão no Ensino Médio, investigando possíveis dificuldades encontradas pelos professores do Ensino Médio - EM - da escola investigada, em seu trabalho diário, com alunos que possuem necessidades especiais diferenciadas, analisando também o processo de implementação da Política Nacional de Inclusão de pessoas com deficiência, tendo como foco os alunos do EM.

Em relação aos objetivos específicos, investigou-se a quantidade de alunos com deficiência, matriculados no EM da Escola Esperança e quais os tipos de necessidades de adaptação ou acessibilidade que se encontravam presentes na Escola durante o período investigado; as condições objetivas da Escola citada para efetivar a “Política Nacional de Inclusão” junto aos alunos de EM e as principais dificuldades encontradas pelo professor de área do EM para realizar seu trabalho e promover a construção do conhecimento aos alunos de inclusão. Verificou-se também se os professores do EM que trabalham com a inclusão escolar teriam ou não formação específica para tal, analisando ainda, algumas metodologias que o professor de área teria para trabalhar com a inclusão.

A justificativa da escolha do tema deste trabalho baseia-se no fato da inclusão escolar constituir-se no paradigma legal e conceitual vigente, estando presente no dia-a-dia da escola regular. Destaca-se também certa dificuldade encontrada pela pesquisadora que atua nesta Escola há mais de 13 anos junto aos alunos de EM, bem como de alguns colegas de área para trabalharem com aluno em processo de inclusão.

A inclusão escolar, hoje, é uma Política Nacional que deve ser cumprida e que a procura por vaga na escola regular por famílias com crianças ou adolescentes com deficiências diversas está cada vez mais presente em nosso dia-a-dia escolar. Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96 - e a Declaração de Salamanca (1994) tornou-se comum encontrar nas escolas regulares, alunos com deficiência. Com a inclusão, cabe ao sistema de ensino respeitar e acolher a diversidade de forma humana e democrática, disponibilizando a todos os alunos uma educação de qualidade.

Temos por definição de inclusão, segundo Pacheco (2007), a tentativa de atendimento aos diversos tipos de necessidades relacionadas à educação, de alunos dentro das escolas regulares, ou ainda, segundo Rosa (2008), a garantia de uma permanência, dentro de um espaço escolar, conduzindo a sociedade para aceitação das diferenças e da diversidade que o ser humano possui, com suas habilidades e dificuldades.

A pesquisa foi do tipo qualitativa em Educação, na qual, segundo Godoy (1995) o pesquisador vai a campo, coletando e analisando dados. Ela envolveu a revisão bibliográfica de leis referentes à inclusão, a aplicação de questionário a educadores e gestores da Escola Esperança, o levantamento de dados junto à Secretaria da Escola sobre a quantidade de alunos com deficiências, bem como os tipos de deficiências, e a análise da documentação da Escola, como: Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, registros de Secretaria, fichas de alunos, laudos e atendimentos no Serviço de Orientação Educacional e Serviço de Supervisão Escolar.

A organização da monografia está dividida em três capítulos: no primeiro, serão abordadas as Políticas Públicas de Educação no Brasil e as Políticas de Inclusão Escolar; no segundo capítulo, serão apresentados os métodos e técnicas de pesquisa, dando destaque para a pesquisa qualitativa, método utilizado para coleta de dados e no terceiro capítulo, serão apresentados a análise dos dados coletados ao longo da realização da monografia, culminando com as considerações finais a respeito do assunto, que são fruto do estudo realizado.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão desenvolvidas duas seções. Na primeira, são trazidos conceitos do campo das Políticas Públicas de Educação no Brasil. Na segunda seção, os conceitos aprofundados serão sobre Políticas Públicas de Inclusão Escolar.

1.1 Políticas Públicas de Educação no Brasil

A educação brasileira passou por transformações graduais, tendo seu início no ano de 1824, com a 1ª Constituição Brasileira, que determinava a instrução primária como gratuita, marcando também a criação de colégios e universidades. O art. 179, do Título 8º da Constituição Política do Império apresentava as mudanças.

No ano de 1834, é promulgado um Ato Adicional, aparecendo pela primeira vez, um capítulo específico referente à Educação e Cultura (Título V, Cap. II), que além de afirmar que a educação é direito de todos e deverá ser ministrada pela família e Poderes Públicos, estabelece ainda as obrigações da União que fixará, coordenará e fiscalizará o Plano Nacional de Educação - PNE -; reconhecendo oficialmente os estabelecimentos de ensino e fiscalizando-os. Referente ao PNE pode-se destacar o art. 150:

Art. 150. Parágrafo único – O Plano Nacional de Educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39º, nº 8, letras a e e , só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo anterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
- d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;
- e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso;
- f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem, a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna. (ATO ADICIONAL DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1834).

O Ato Adicional de 1834 criou Assembleias legislativas provinciais que ficaram responsáveis por legislar e organizar vários setores, entre eles a instrução

primária e secundária, só que de forma descentralizada, não valorizando a educação, privilegiando apenas pequenos grupos de latifundiários.

Em 1840, com a criação da Lei Interpretativa do Ato Adicional, houve a revogação de alguns itens referentes à administração e as províncias perderam o poder de tomar decisões referentes à Educação, entre outras. A instrução pública passou a ser uma das atribuições das Assembleias provinciais.

No ano de 1890, um Decreto de Lei, do então chefe de governo, Manuel Deodoro da Fonseca, apresentou alterações para a instrução primária e secundária, no Brasil, determinando a instrução primária, livre e gratuita (CURY, 2000).

Em 1891, é promulgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, acrescentando novas mudanças relativas à Educação como:

- a determinação de um leigo lecionar nos órgãos públicos;
- a garantia do exercício da profissão intelectual;
- a liberdade de autores reproduzir suas obras literárias através da imprensa ou qualquer outro meio;
- a União ficaria responsável pelo ensino superior e os Estados pelo ensino primário e secundário. (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1891).

A Constituição de 1946 (Título VI, cap. II), manteve artigos já citados no Ato Adicional de 1934 e acrescentou novos artigos, entre eles o art. 166, “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.”, reforçando que a família precisa fazer parte do processo educativo. Destacando também, o art. 172, “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.”, que apresenta um princípio de ideia de inclusão.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, dedica um artigo específico relacionado à Educação:

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades nas Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (UNESCO, 1948).

As Constituições anteriores já haviam destacado que a educação é um direito de todos, após essas afirmações, a inclusão também começa a ser observada com outros olhos. No ano de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, a 1ª Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - é criada, esse movimento espalhou-se pelo país, e hoje, é considerado como o maior movimento filantrópico do Brasil e do mundo, valorizando os direitos de cidadania do portador de deficiência ou de necessidades especiais.

No mês de dezembro de 1961, é sancionada a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Após, dando continuidade às mudanças no contexto histórico da Educação, no ano de 1962, surge o primeiro Plano Nacional de Educação – PNE -, que não era um projeto de lei e sim um conjunto de metas quantitativas e qualitativas que deveriam ser cumpridas num prazo de oito anos. Entre os objetivos e prioridades do Plano, destacamos:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso a permanência, com sucesso, na educação pública e
- democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais,[...]. (PNE, 1962).

O PNE (1962) ressalta algumas prioridades como: a de que todos devem obter a formação mínima para o exercício da cidadania; que os conteúdos aplicados precisam ser adequados às necessidades dos alunos; que é necessário erradicar o analfabetismo, dando atenção especial à alfabetização de jovens e adultos; que deve ser estendida a escolaridade para crianças com seis anos de idade; que os professores precisam ter uma formação continuada a fim de obter um aprimoramento na sua área e que para coletar dados com a finalidade da melhoria de ensino, serão aplicadas avaliações em todos os níveis e modalidades de ensino.

No ano de 1965, o decreto nº 56245 aprova critérios reguladores para o PNE, para aplicação do Fundo Nacional do Ensino Primário, do Fundo Nacional de Ensino Médio e do Fundo Nacional de Ensino Superior. No ano de 1966, uma nova revisão foi realizada, chamada de Plano Complementar de Educação, fazendo alterações na distribuição de recursos federais. (PNE, 65/66).

A primeira LDB foi revogada pela LDBEN, 5692/71. No ano de 1973, é criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP -, e em 1986, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE.

Após ocorrência de outros decretos que faziam pequenas modificações referentes à educação, temos a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida no ano de 1990, em Jomtien, Tailândia, que retoma uma das determinações da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a de que mesmo toda pessoa tendo direito a educação, na realidade isso não acontece. Os objetivos principais da Declaração são:

- toda pessoa precisa ter condições para alcançar as necessidades básicas de aprendizagem;
- valorizar a educação básica, pois ela é a base para o aprendizado e desenvolvimento humano;
- tornar universal o acesso à educação e promover a igualdade;
- superar as diferenças educacionais;
- mobilizar recursos financeiros e humanos para satisfazer as necessidades básicas do ser humano;
- aumentar os recursos destinados a educação. (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

Em 1996, a Lei nº 9.394, substituiu a LDBEN de 1971, apresentando definições sobre a educação básica. No capítulo II, podemos observar:

Art. 22º A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art.23 A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (LDBEN 9394/96).

A LDBEN 9394/96, apresenta ainda, um artigo referente à inclusão, como se observa no Título III:

Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- III – atendimento educacional especializado gratuito aos educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- V – acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (LDBEN, 9394/96).

No ano de 1996, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF -, implantado apenas

em 1998, que objetivava garantir a universalização do ensino fundamental público e elevar a remuneração do magistério.

No Brasil percebemos essas mudanças desde a 1ª Constituição até os dias atuais, pois foram surgindo novas leis, metas, projetos, encontros e acordos com o objetivo de democratizar a educação e torná-la um instrumento qualificado para transformar o ser humano.

Um desses instrumentos foi o Fórum Mundial da Educação, ocorrido em Dakar, no Senegal, dez anos após a Conferência Mundial de Educação para Todos, com a finalidade de rever o que foi realizado nesse período e delimitar ações e objetivos para suprir as necessidades básicas da educação. Dentre os objetivos principais do Programa Educação para Todos, destacamos os itens:

- I. expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente das mais vulneráveis e em maior desvantagem;
- V. eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e ao desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;
- VI. melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, na aquisição de conhecimentos matemáticos e habilidades essenciais à vida. (FÓRUM MUNDIAL DA EDUCAÇÃO, 2000).

Levando em consideração que as mudanças políticas acrescentam ou modificam programas e projetos, conforme as necessidades dos partidos, observaremos agora, alguns programas e projetos de governo referentes às Políticas de Educação.

Em 2006, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - é criado em substituição do FUNDEF, assegurando um valor mínimo nacional por aluno/ano.

Em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – é lançado pelo governo federal da época. Este Plano, nada mais é, que um conjunto de programas destinado à educação básica, superior, profissional e alfabetização, com foco na qualidade de ensino. Dentre as ações determinadas pelo PDE, estão: a formação de professores; o salário educação; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB -; o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI/PNAES -; o Programa Universidade para Todos - ProUni -; o Financiamento Estudantil - FIES -; o Sistema Nacional de

Avaliação da Educação Superior - SINAES -; os Institutos Federais de Educação Tecnológica - IFETs -; o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos - PROEJA - e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem.

Muito ainda precisa ser feito a respeito da evasão e reprovação escolar, para que isso aconteça, metas precisam ser alcançadas. Nas escolas que ainda encontram-se abaixo dos índices mundiais, há a necessidade de desenvolver o Plano de Ações Articuladas - PAR -, um planejamento dentro das políticas de educação envolvendo municípios, estados e Distrito Federal, coordenado pelo Ministério de Educação, que deve ser elaborado com a participação de gestores, professores e comunidade escolar, com o objetivo de alcançar melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

O MEC estabeleceu para o Brasil, a expectativa de mudanças na Educação, até 2012, ano que marca o bicentenário da Independência política do país, atingir a média dos países desenvolvidos, que é 6,0. Recursos financeiros são repassados para que as escolas com baixo desempenho executem o PAR, com o objetivo de atingir as metas.

Em relação às políticas de avaliação institucional, para cada nível de ensino foram previstas ações diferenciadas, através de avaliações institucionais, entre elas pode-se destacar: a “Provinha Brasil”, aplicada aos alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental; a “Prova Brasil”, aplicada aos alunos matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio; o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM -, exame aplicado a alunos concluintes do ensino médio ou aqueles que já concluíram, com o objetivo de avaliar o conhecimento desses alunos; o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE -, que acompanha o processo de aprendizagem e desempenho dos acadêmicos e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB -, entre outros.

O “Programa Dinheiro Direto nas Escolas”, que acrescentará 50% de recursos financeiros às escolas que atingirem as metas do IDEB, também é uma das ações do PAR. Para o ensino médio, além da Prova Brasil, foi realizada a ação da “Biblioteca na Escola”, que disponibiliza para as bibliotecas das escolas, obras literárias e livros didáticos.

Em 2006, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - é criado em substituição do FUNDEF, assegurando um valor mínimo nacional por aluno/ano.

1.2 Políticas de Inclusão escolar

Antes de estudarmos o processo histórico das políticas de inclusão, observamos alguns conceitos de educação Especial e Inclusão.

A educação inclusiva é definida por estudiosos da educação de formas diferenciadas, mas a maioria, conclui que os alunos com deficiências devem estar integrados ao ensino regular e que precisam ser tratados de forma igualitária, observando suas capacidades. Pacheco (2007) diz que:

O termo “educação inclusiva” cobre variadas tentativas de atender à diversidade total das necessidades educacionais dos alunos nas escolas de um bairro. Há uma considerável variedade no modo como as pessoas definem esse fenômeno. (PACHECO, 2007, p.14).

Ou seja, algumas escolas aceitam todos os tipos de alunos, não levando em conta se são escolas integradoras ou se possuem turmas especiais, em outras, todos são educados de forma conjunta. Pacheco (2007), ainda completa, que a escola deve se ajustar a todas as crianças possuidoras de deficiências ou não, que se matriculam, e não ao contrário, a criança ajustar-se ou adaptar-se à escola.

Selau (2007), também apresenta uma definição para educação inclusiva, no seu livro “Inclusão na sala de aula”. Observamos o que o autor diz sobre isso:

[...], a educação inclusiva é o sinônimo de que todas as crianças, independente de quais forem as necessidades que possam apresentar, ou mesmo aquelas com altas habilidades, devem estar na mesma sala de aula, tendo acesso ao ensino formal. Todas devem participar do processo educacional tradicionalmente conhecido, sem separações. (SELAU, 2007, p.24).

Selau (2007) ainda relembra que o termo “educação inclusiva”, foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, no ano de 1975, através da lei nº 94.142, uma forma de cobrar do Estado uma maneira de compensar os déficits funcionais, sem preocupar-se com as causas e com o objetivo de formar uma sociedade igualitária e justa.

Segundo Mazzillo (2008), a Educação Inclusiva tem objetivos definidos e claros, atendendo o portador de deficiência em escolas próximas de sua casa e ampliando o ingresso e acesso desse aluno em classes comuns. Segundo ela, a inclusão escolar está além dos portadores de necessidades educacionais especiais, ela abrange as famílias, os professores e a comunidade, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e humana.

Para Mazzillo (2008, p.27), “O princípio da inclusão é um processo educacional que busca atender a criança portadora de deficiência na escola ou na classe de ensino regular”. Ressaltando ainda que o processo inclusivo não está finalizado e que precisa de uma constante revisão.

As definições de inclusão variam, para Mantoan (1988) deixa-se de lado o termo integração do aluno no ambiente escolar e passe-se a utilizar a inclusão, de forma mais presente, valorizando as mudanças que acontecem, observe o que a autora diz:

[...]. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. [...]. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 1988, p. 145).

Rosa (2008), em seu texto: A prática educativa: um dos caminhos para inclusão, destaca que:

A Educação Inclusiva é a garantia de acesso contínuo ao espaço da escola por todos, levando a sociedade a criar relações de acolhimento à diversidade humana e aceitação das diferenças individuais, representando um esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, [...]. (ROSA, 2008, p. 277).

O tema inclusão escolar passou a ser discutido e aparecer com mais intensidade, no mundo, na década de 1980, nessa época surgiram debates, encontros e congressos internacionais com o propósito de mobilização dos países com o objetivo de reestruturar as políticas referentes à inclusão dos deficientes na sociedade. Antes disso, podemos determinar o início de políticas de inclusão no Brasil, a partir de fatos que marcaram a discussão e que trouxeram à tona um assunto que não era até então valorizado.

Cronologicamente, a educação inclusiva no Brasil inicia com a criação do Instituto Benjamin Constant - IBC -, no ano de 1854, localizado no Rio de Janeiro, cujo responsável foi o imperador D. Pedro II, o Instituto foi o primeiro em Educação Especial da América Latina e tinha como objetivo garantir ao cego o direito à cidadania, derrubando preconceitos e ressaltando que a educação das pessoas cegas não era uma utopia.

No ano de 1857, o professor francês Hernest Heut fundou o Instituto de Surdos Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional da Educação de Surdos - INES -, que além de atender alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio, disponibiliza atividades em artes, esportes, cursos profissionalizantes e estágios remunerados, apoiando o ensino e pesquisa de novas metodologias de ensino.

O Instituto Pestalozzi, uma instituição especializada no atendimento de pessoas com deficiência mental, foi fundada no ano de 1926.

No ano de 1948, o 26º artigo da Declaração dos Direitos Humanos garantia a Escola para Todos e destacava que toda pessoa possui o direito à educação, gratuita durante o ensino fundamental; que os pais têm a liberdade de escolher a educação dada aos seus filhos e que:

[...] 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

No ano de 1954, ocorre um novo avanço nas políticas de educação, a 1ª Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - é fundada, sendo considerada a maior associação filantrópica do Brasil e do mundo, tendo por objetivos informar, sensibilizar e garantir os direitos da cidadania da pessoa com deficiência no Brasil.

Uma das principais leis relacionadas à inclusão no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB - criada em 1961, e que garantia o direito da criança com deficiência à Educação. Conforme observamos nos artigos abaixo:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, LDB, 1961).

Em 1973, cria-se o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP – que tinha o objetivo de integrar os alunos da escola regular, separando os alunos com

deficiência daqueles que não possuem as mesmas condições, colocando-os nas classes de Educação Especial.

O ano de 1981 é proclamado pela Organização das Nações Unidas - ONU -, “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” - AIPD -, com o lema “Participação para todos”, tendo como objetivo principal, chamar a atenção dos governantes para a criação de planos de ação, valorizando a igualdade de oportunidades as pessoas com deficiência.

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira - CF/88 - escolhe como fundamentos da República, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, conforme observamos no artigo abaixo:

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
[...];
II – a cidadania;
III – a dignidade da pessoa humana;
[...]. (BRASIL, CF, 1988).

Em relação à educação, a Constituição destaca que é um direito de todos, que todos devem ser tratados de forma igualitária e que as pessoas com deficiência também devem ser atendidas, conforme constam nos artigos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
[...]
Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
[...]
III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
[...]
V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
[...]. (BRASIL, CF, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, Lei nº 8069/90, destaca também o assunto inclusão escolar no artigo 54, inciso III, declarando que “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, ECA, 1990).

Tornar a pessoa com deficiência apenas mais um membro da sociedade sem discriminá-lo, sempre pareceu o objetivo mais claro de todas as medidas tomadas desde o início da década de 80. No ano de 1989, é criada uma lei que antecipa a fundação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE -, com a regulamentação oficial, apenas no ano de 1999, através do Decreto 3298.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, no ano de 1990, trouxe objetivos importantes que beneficiaram as pessoas com deficiência, mesmo não sendo um documento elaborado direcionado, exclusivamente, à educação especial. Nesse documento destacamos itens como: a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem; expansão do enfoque da educação para todos; universalização do acesso à educação e o oferecimento de um ambiente adequado para a aprendizagem.

Com relação à educação especial, no ano de 1992, aconteceu em Caracas, na Venezuela, o Seminário Regional sobre Políticas, Planejamento e Organização da Educação Integrada para Alunos com Necessidades Educativas Especiais que destacou a preocupação com os grupos e populações marginalizadas, dando atenção especial à integração dos portadores de deficiências (mentais ou físicas) nas escolas regulares, profissionalizando este indivíduo e tornando-o parte da sociedade.

A preocupação com a inclusão torna-se contínua, a Política Nacional de Educação Especial, publicada no ano de 1994, condiciona o acesso ao ensino regular a todos com capacidade para acompanhar e desenvolver as atividades no ensino comum, igualando-se ao ritmo dos demais alunos e dá orientações sobre o processo de integração.

De todas as políticas referentes à inclusão, a que talvez tenha se destacado com maior intensidade foi a Declaração de Salamanca, de 1994, que trouxe tópicos específicos referentes à educação inclusiva, dentre eles podemos citar:

2. Acreditamos e proclamamos que:

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem,
 - cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,
- [...]

- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através de uma

pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades,

- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A Declaração de Salamanca (1994) ressaltou a importância de que os governos estabelecessem mecanismos de planejamento, supervisão e avaliação para as crianças e adultos com deficiências; que valorizassem a participação da família, comunidade e organizações direcionadas a pessoas deficientes, auxiliando no planejamento e nas decisões a serem tomadas referentes aos serviços na área das necessidades educativas especiais; que fosse investido um maior esforço em identificar e intervir precocemente nas estratégias utilizadas e nos aspectos vocacionais e que garantisse ainda, a formação de professores.

A Declaração faz ainda, um apelo para a comunidade internacional, retomando a importância de que a educação inclusiva deve ser direcionada a todos e que o assunto precisa estar presente em programas relacionados à educação, fóruns e seminários, como observamos no item 4:

4. Também apelamos para a comunidade internacional; [...]

- a que sancionem a perspectiva da escolaridade inclusiva e apoiem o desenvolvimento da educação de alunos com necessidades especiais, como parte integrante de todos os programas educativos, [...]

- a que assegure que a educação das pessoas com necessidades educativas especiais faça parte de cada discussão relacionada com a educação para todos, realizada nos diferentes fóruns;

- a que mobilize o apoio das organizações relacionadas com o ensino, de forma a promover a formação de professores, tendo em vista as respostas às necessidades educativas especiais;

[...]. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Após a análise de documentos e políticas internacionais que servem de base para as políticas nacionais de inclusão, destacamos especificamente a legislação do Estado do Rio Grande do Sul, devido à localização da Escola pesquisada. No ano de 2006, um parecer do Conselho Estadual de Educação do Estado, delimita o número de alunos com deficiências nas turmas de ensino regular ou turmas de inclusão, com as quantidades listadas: três estudantes especiais por turma e no máximo dois alunos por turma, quando as deficiências forem diferenciadas.

2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A monografia de conclusão do curso de Gestão Educacional teve início no ano de 2010. Um estudo das disciplinas relacionadas ao pós foi realizado, retomando conceitos e referências de autores relacionados ao assunto Inclusão Escolar e Políticas de Educação. A pesquisa culminou com um estudo de caso na “Escola Esperança”, nome fictício que foi utilizado devido a não autorização do nome verdadeiro.

A forma utilizada para pesquisa foi a qualitativa. Para melhor compreensão da diferença entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, observamos alguns conceitos. Segundo definição do Instituto Brasileiro de Opiniões Públicas e Estatística - IBOPE, a pesquisa qualitativa é aquela que estimula o entrevistado a pensar, com liberdade sobre algum tema, objeto ou conceito, conhecida como uma pesquisa exploratória, já a pesquisa quantitativa é aquela direcionada a avaliar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados.

Queirós (2006), afirma que a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa caracterizam-se por duas visões centrais “[...] a visão realista/objetivista (quantitativa) e a visão idealista/subjetivista (qualitativa)”. (QUEIRÓS, 2006, p. 88)

Os dois tipos de pesquisa, quantitativa ou qualitativa, têm focos diferentes, mas não opostos.

Mazzotti (2006) apresenta os tipos de estudos de caso mais comuns:

Os estudos de casos mais comuns são os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo [...], um pequeno grupo [...], uma instituição [...], um programa [...], ou um evento [...]. Podemos ter também estudos de caso múltiplos, nos quais vários estudos são conduzidos simultaneamente: vários indivíduos [...], várias instituições [...], por exemplo. (2006, p. 640-641).

Ainda referente ao estudo de caso, Godoy (1995) apresenta o estudo de caso como: “[...] um tipo de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular.” (GODOY, 1995, p. 25).

Godoy (1995) destaca ainda que o estudo de caso, quando escolhido pelo pesquisador, deverá responder às questões “como” e “porquê” certos fenômenos ocorrem. E que ainda deve adotar “[...] um enfoque exploratório e descritivo, o pesquisador que pretende desenvolver um estudo de caso deverá estar aberto às suas descobertas.” (1995, p. 25).

Primeiramente foi realizada uma análise superficial sobre inclusão e depois, de uma leitura com mais atenção sobre o assunto, organizou-se as informações de acordo com o tema da pesquisa, levando-se em conta as políticas de inclusão e a educação especial.

A Escola Esperança foi escolhida como local de campo para coleta dos dados devido à demonstração de interesse dos professores e equipe diretiva em discutir o assunto “inclusão escolar”, verificando e repensando formas para a realização de um bom trabalho com alunos deficientes. Levou-se em consideração também, o fato de ser a escola onde atuo por mais de treze anos, o que facilitou o contato com a problemática e a coleta de dados que foi realizada.

Ao iniciar o ano letivo de 2011, houve uma abordagem sobre o assunto “inclusão” dentro da Escola, numa reunião pedagógica, na qual professores e equipe diretiva trocaram ideias referentes às atitudes que deveriam ser tomadas frente ao problema. Após, houve uma conversa com a direção da escola, solicitando a aplicação dos questionários aos professores e a equipe diretiva, e explicações referentes ao tipo de pesquisa e sua finalidade.

No mês de maio, dando continuidade ao trabalho, houve uma conversa com os professores de área, do Ensino Médio, explicando a finalidade dos questionários. Foi realizada uma coleta de dados através da elaboração de dois questionários que foram distribuídos aos participantes, um direcionado aos educadores e outro à equipe diretiva da Escola. Os questionários foram distribuídos no início do mês de maio e recolhidos duas semanas após. O objetivo da aplicação dos instrumentos foi o de verificar, com professores e equipe diretiva da Escola, como a inclusão de alunos com deficiência está ocorrendo e no caso de existirem, quais as dificuldades encontradas tanto por professores, equipe diretiva e alunos.

A aplicação do questionário foi utilizada como procedimento para a coleta de dados, sendo a melhor técnica de alcance para o objetivo da pesquisa, devido ao pouco tempo que os professores disponibilizavam quando não estavam dentro de sala de aula. O termo questionário é apresentado na literatura por: Soares Amora, “Coleção ou lista de questões ou perguntas; interrogatório.” (2009, p. 597); Houaiss, “1. Série de questões, 2. lista de perguntas usado para servir de guia a uma investigação, uma entrevista.” (2004, p. 616); e Gil, “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado [...]” (2002, p. 115).

Os questionários foram aplicados com o único objetivo de coletar dados para a realização desta pesquisa. O questionário direcionado à equipe diretiva (APÊNDICE A) está constituído de 10 questões de múltipla escolha, algumas delas necessitavam de complementos em suas respostas, de forma dissertativa e 2 questões exclusivamente dissertativas; o questionário dos professores (APÊNDICE B) foi composto de 10 questões de múltipla escolha, sendo que algumas delas não poderiam ter mais que uma resposta e sete questões dissertativas.

As perguntas dos questionários abrangem os seguintes temas: a inclusão escolar, a comparação da prática com a teoria referente ao assunto, as dificuldades encontradas pelos professores e pela equipe diretiva para tornar a inclusão um assunto do cotidiano escolar, as atitudes tomadas por órgãos responsáveis pela educação que auxiliam o professor e a escola e perguntas referentes ao perfil dos entrevistados: idade, função dentro da escola, disciplina que leciona e tempo de atuação na área docente.

A própria pesquisadora aplicou o questionário na Escola, aos professores do EM, nos turnos da manhã e da noite e à equipe diretiva da Escola Esperança, durante o mês de maio. Todos os questionários foram devolvidos em até duas semanas após a entrega.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo apresenta a coleta de dados da pesquisa, na primeira seção, contextualizo a escola pesquisada; na segunda os pareceres da equipe diretiva e na terceira, o que pensam os professores questionados.

3.1 Contextualização da Escola pesquisada

A pesquisa foi realizada numa escola estadual, aqui chamada de Esperança, situada no bairro Rio Branco, na cidade de Canoas, uma instituição com 43 anos de existência. Atualmente, a escola possui em torno de 1100 alunos, distribuídos em três turnos, manhã e noite com Ensino Médio e tarde com Ensino Fundamental – séries finais e Ensino Médio.

A Escola possui, em relação aos recursos humanos, um total de 69 integrantes, distribuídos em três equipes: - diretiva: 1 diretor, 3 vice-diretores, 1 auxiliar administrativo, 2 supervisoras e 3 orientadores; - de 42 professores e de outros servidores: 1 secretária, 2 merendeiras, 3 serventes e um auxiliar de manutenção.

Em relação à estrutura física da Escola, ela possui:

- 11 salas de aula;
- 1 biblioteca;
- 1 sala de vídeo;
- 1 laboratório de informática;
- 1 laboratório de matemática e física;
- 1 laboratório de ciências biológicas;
- 1 sala de jogos e uma sala para atividades do Projeto Mais Educação;
- 1 sala para direção e uma para vice-direção;
- 1 sala de professores;
- 1 secretaria;
- 1 sala para do administrativo;
- 1 cozinha com refeitório;
- 1 auditório;
- 2 quadras de esporte e uma área verde.

A Escola, desde o início do ano de 2010, participa do Programa Mais Educação, do MEC, que tem como objetivo principal, disponibilizar ao aluno atividades diferenciadas em várias áreas, durante o turno inverso. No mesmo ano, foi realizada um trabalho, por uma colega, referente à inclusão escolar de alunos surdos ou com deficiência auditiva, que serviu como base inicial para essa pesquisa.

Foram aplicados dois questionários diferentes na Escola, um direcionado à equipe diretiva e outro aos professores do ensino médio, num total de vinte e quatro participantes, sendo sete da equipe diretiva e dezessete professores de diversas áreas de ensino. O relatório terá início pela descrição da coleta de dados da equipe diretiva e posteriormente, dos professores de área.

Durante o período em que os questionários foram aplicados, estavam matriculados na Escola alunos com deficiência visual, deficiência motora, atraso mental, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade - TDA/H -, autismo, síndromes diagnosticadas (Williams, Down, Asperger) e outras síndromes sem laudo médico.

Há mais de seis anos, havia na Escola uma Sala de Recursos, que prestava atendimento pedagógico aos alunos com deficiências ou altas habilidades, tanto da Escola como das demais escolas do bairro. O professor que fazia esse trabalho era capacitado, tinha formação própria para o atendimento e auxílio dos alunos com deficiências diferenciadas. Por motivos não citados à pesquisadora, a Sala de Recursos foi transferida para outra escola do bairro, dificultando o atendimento aos alunos da Escola Esperança, devido a distância e disponibilidade de horários.

O regimento escolar não passa por modificações desde o ano de 2008, quando foi realizada uma revisão e foram feitas mudanças apenas em relação a média escolar, não destacando nenhum tipo de avaliação diferenciada para os alunos com deficiência ou possíveis atitudes a serem tomadas para auxiliar esses alunos.

O Projeto Político Pedagógico - PPP - da Escola é incompleto, e segundo informações da supervisão, ele precisa ser revisado, ampliado e modificado de acordo com as políticas educacionais atuais, mas não apresenta nenhum item que se refere ao assunto inclusão escolar.

3.2 O que diz a equipe diretiva sobre as Políticas de Inclusão na Escola

Dos integrantes da equipe diretiva, quatro têm mais de 40 anos, dois estão na faixa de 30 a 40 anos e um integrante tem entre 25 e 30 anos. Relacionado às funções, temos uma diretora, três vice-diretores (um homem e duas mulheres), duas supervisoras e uma orientadora educacional, todos atuantes nas funções no período de 1 a 5 anos.

GESTOR	IDADE	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO NA ÁREA
Gestor 1	Mais de 40 anos	Superior	Diretora	De 1 a 5 anos
Gestor 2	Mais de 40 anos	Superior	Vice - Diretor	De 1 a 5 anos
Gestor 3	Mais de 40 anos	Superior	Vice - Diretora	De 1 a 5 anos
Gestor 4	Mais de 40 anos	Superior	Vice - Diretora	De 1 a 5 anos
Gestor 5	30 a 40 anos	Superior	Supervisora	De 1 a 5 anos
Gestor 6	25 a 30 anos	Superior	Supervisora	De 1 a 5 anos
Gestor 7	30 a 40 anos	Superior	Orientadora	De 1 a 5 anos

Quadro 1

Há alunos com diversos tipos de deficiência na Escola como: deficiência visual, motora, auditiva, mentais e síndromes, dentre essas, temos alunos com dificuldades de aprendizagem que podem ser enquadradas como necessidades especiais, mas que não possuem laudo médico, fornecido pela família, em alguns casos, a família não aceita a dificuldade, recusando-se a procurar auxílio ou avaliar o problema.

Mantoan (2003) destaca que as deficiências são fixadas nos indivíduos, como marcas que precisam ser aceitas naturalmente e que não poderão evoluir, além do esperado. Completa ainda com: “[...] as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas, já que vão diferindo, infinitamente. Elas são produzidas e não podem ser naturalizadas, como pensamos, habitualmente.” (MANTOAN, 2003, p. 31).

Os seres humanos são diferentes, possuem habilidades, dificuldades, sentimentos e posições únicas, aceitar as diferenças sem excluí-las é um dos principais objetivos da inclusão, tanto a social como a educacional.

Jannuzzi (2004) destaca que dentro da sala de aula, mistura-se o social e o que é individual passa a ser partilhado, causando momentos de conflitos, mas também de novas ideias. A autora afirma que:

O convívio com a diversidade de etnias em sala de aula, com suas culturas de origem, com camadas sociais diferenciadas dessa nossa organização social, com as peculiaridades físicas e psíquicas, etc. possibilita repensar saberes muitas vezes conflitantes, contrapô-los ao conhecimento universal necessário ao momento histórico e oportunizar transformações das visões assimiladas no cotidiano. [...] (JANNUZZI, 2004).

Precisamos ressaltar que existem muitos motivos para que a inclusão ocorra e que são muitos os estudiosos do assunto que reforçam isso, vejamos o que diz Mazzillo (2008):

Entre os diversos motivos relevantes da inclusão educacional da pessoa portadora de deficiência, destacam-se os princípios de justiça e igualdade, considerando que todos têm direito à oportunidade de acesso à educação, nas mesmas condições. A observância desse preceito proporcionará, aos deficientes físicos, uma participação social integrada aos demais membros de sua comunidade. (MAZZILLO, 2008, p. 28).

Para Mantoan (2006), quando absorvamos as diferenças dos seres humanos, chegamos a um sujeito universal. Vejamos o que a autora diz:

[...] Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas as suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente. (MANTOAN, 2006, p. 17).

Dos sete gestores que responderam ao questionário, seis disseram não haver infraestrutura adequada na escola, para o recebimento de alunos com necessidades especiais e que não existem equipamentos apropriados para esses alunos. Apenas um respondeu que a Escola possui infraestrutura, referindo-se ao laboratório de informática como um equipamento que poderia auxiliar esses alunos.

Em relação às modificações estruturais, a grande maioria respondeu que houve a necessidade de criar rampas de acesso para cadeirantes, adaptações em classes e em sanitários, mudanças realizadas pela própria escola, na medida em

que os casos de inclusão foram surgindo. Os órgãos competentes não auxiliaram com uma verba específica para esses tipos de modificações.

Para Prieto (2006), os municípios têm recebido “[...] parte da responsabilidade administrativa, financeira e pedagógica pelo acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais [...]” (PRIETO, 2006, p. 51), em função da municipalização em um dos níveis de ensino. Ela ressalta ainda que essa decisão criou impactos variados nas localidades que possuem escolas com atendimento educacional especializado, umas ampliaram os serviços especiais e auxílios, outras apenas matriculam os alunos sem prestar-lhes nenhum tipo de atendimento e houve ainda a desativação de serviços básicos, como transporte escolar adaptado. (PRIETO, 2006, p. 51).

Já Carvalho (2009) destaca que:

A proposta da educação inclusiva precisa ser, definitivamente, entendida como um dever, a ser assumido e concretizado pelo Estado, contando com a parceria da sociedade, tanto no planejamento das ações quanto na administração de sua implantação e implementação. (CARVALHO, 2009, p. 99).

Dois gestores responderam que os alunos possuidores de necessidades especiais não recebem apoio pedagógico dos órgãos responsáveis, os demais responderam que sim, mas não citaram o tipo de apoio recebido.

Na obra *Inclusão Escolar*, Mantoan (2003) reforça o fato de que os estabelecimentos de ensino devem eliminar as barreiras arquitetônicas e aceitar as diferenças dos alunos, adotando práticas de ensino adequadas, complementando com:

[...] oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações. (MANTOAN, 2003. P.36).

Prieto (2006) também se refere ao apoio que é disponibilizado aos alunos com deficiências, ela diz:

[...] Quanto ao apoio pedagógico oferecido a alguns desses alunos matriculados nas classes comuns, não há declaração sobre o tipo de apoio, sua sequência, que profissionais prestam esse atendimento e qual sua formação, por exemplo, divulgados em publicações oficiais atuais. (PRIETO, 2006, p. 55).

Na pergunta dez, todos foram unânimes em responder que os órgãos responsáveis pela escola, não disponibilizam cursos de especialização para o

trabalho com alunos portadores de necessidades especiais, aos professores ou à equipe diretiva e também, concordaram em dizer que a escola não recebe materiais didáticos atuais e numa quantidade significativa para trabalhar com os alunos. Um dos membros da equipe, inclusive destacou que é o professor que busca apoio e cursos de formação em inclusão, por conta própria, para que seu trabalho seja mais adequado e menos frustrante.

A pergunta 12 questionava se a inclusão está acontecendo na prática como vem sendo proposta pela teoria e exigida pela legislação. Aqui, as respostas foram diversas. Uma das participantes escreveu que os alunos: “[...] aceitam com tranquilidade os colegas portadores de necessidades especiais”. Outra ressaltou que “[...] ocorre a integração, mas que falta a qualificação dos profissionais para trabalharem de forma adequada.” Foi citado ainda que as escolas tem dificuldade em atender às necessidades devido à falta de condições físicas e do despreparo dos professores.

Quatro dos sete entrevistados acham que a inclusão não está acontecendo na prática, pois não existem espaços adequados, recursos humanos capacitados e preparados para o auxílio de determinadas necessidades especiais, falta maior engajamento das unidades responsáveis pela escola, com apoio de recursos humanos e materiais específicos para cada tipo de inclusão e principalmente, falta a aceitação do “diferente” e das limitações que ele possui.

Em relação a isso, Mantoan (2003) diz que a grande barreira para a mudança da educação é a ausência de desafios ou ainda “[...] a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar [...]” (p. 46) e que a inclusão chegou de surpresa nas escolas (p. 47).

3.3 O que dizem os docentes sobre as Políticas de Inclusão na Escola

Destaca-se agora, as respostas dos dezessete professores de área, sendo sete atuantes nas áreas exatas e dez nas áreas humanas. Em relação à idade, os professores da Escola Esperança estão distribuídos na faixa etária dos 18 a mais de 40 anos, um professor está na faixa dos 18 a 25 anos, dois estão entre 25 a 30 anos, 6 estão na faixa dos 30 a 40 anos e o restante, acima dos 40 anos.

Sobre o tempo de atuação em sala de aula, temos quatro professores que atuam de 1 a 5 anos, quatro já estão em sala de aula de 5 a 10 anos, sete integrantes trabalham de 10 a 20 anos e dois tem mais de 20 anos de profissão.

A formação dos entrevistados varia; encontramos um professor cursando o ensino superior, nove deles já possuem curso superior completo e sete tem curso de especialização ou pós-graduação. Dois trabalham na rede estadual e particular, os demais apenas na rede estadual.

Do grupo de dezessete professores que responderam ao questionário, apenas onze disseram ter alunos com necessidades especiais em suas turmas, na Escola Esperança, conforme observamos na tabela abaixo, destacamos que uma das professoras trabalha também, em uma escola que atende apenas alunos com deficiência auditiva, também na rede pública.

	1 a 2 alunos	3 a 5 alunos	Mais de 5 alunos
Quantidade de professores	5	4	2

Quadro 2

Nas deficiências listadas pelos professores, encontramos alunos com autismo, síndrome de Down, síndrome de Asperger, síndrome de Williams, TDAH (Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade), e alguns casos de síndromes sem laudo médico.

Muitos dos professores não conseguiram relacionar com clareza os tipos de deficiências que alguns de seus alunos possuem, um dos fatores é a negação do próprio professor em relação ao assunto inclusão, não olhando o aluno de forma diferenciada. Freitas (2006) cita que tanto os novos professores, como aqueles que já estão atuando há mais tempo, precisam “[...] rever os referenciais teóricos-metodológicos que se alicerçaram na distinção entre educação especial e geral [...].” (FREITAS, 2006, p. 166).

Apenas dois professores possuem cursos de especialização para trabalhar com alunos portadores de deficiência, um realizou o curso na APAE, mas não especificou o tipo de curso e o outro tem curso de educação especial em surdez. Sobre a formação dos professores, Freitas (2006) destaca que a formação adquirida pelo professor no Brasil, na atualidade, não faz com que os alunos se desenvolvam como pessoas, que tenham sucesso ou que se tornem cidadãos participantes, de uma sociedade que valoriza o conhecimento. E complementa dizendo que:

A formação do professor de modo geral (educador especial ou educador da classe comum) deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares. (FREITAS, 2006, p. 169).

Outro fato destacado pela autora é que os cursos de formação não se preocupam em mostrar a esse professor, que existem diferentes tipos de alunos. Citando que:

Talvez, influenciado pela experiência de seu próprio processo escolar, e pelas representações sociais das práticas escolares, quem inicia um curso de formação já traz consigo uma ideia preconcebida de aluno. Na maioria das vezes, o professor idealiza um aluno, sem se dar conta de que trabalhar com a diversidade é algo intrínseco à natureza da atuação docente e de que não faz sentido pensá-la como uma condição excepcional. (FREITAS, 2006, p. 170).

Para Rosa (2008), é necessário intensificar os recursos humanos, financeiros e o apoio pedagógico especial para o desenvolvimento dos alunos e que:

A formação e a capacitação dos profissionais docentes é ponto fundamental para o ensino que atende diferentes especialidades educativas especiais e que, para sua efetivação, necessitam de profissionais comprometidos e competentes na sua ação pedagógica. (ROSA, 2008. P. 277).

Referente à quantidade de períodos trabalhados pelos professores que disseram ter alunos com necessidades especiais, um deles trabalha com a turma apenas um período por semana, seis professores entram em contato com esses alunos de 2 a 3 períodos por semana e cinco professores responderam que têm contato com os alunos de 4 a 5 períodos durante a semana.

Dos professores que afirmaram ter alunos com necessidades especiais em suas turmas, dez dizem encontrar dificuldades para realização do trabalho como: a não aceitação do aluno quando a ajuda lhe é oferecida; um dos alunos, que possui dificuldade visual, recusa-se a receber cópias ampliadas dos materiais trabalhados em sala de aula; o não acompanhamento como os demais, em relação à aprendizagem; o pouco tempo para auxiliar o aluno; a dificuldade de perceber até onde foi à compreensão em relação a assunto explicado e trabalhado em aula; a indisponibilidade de um atendimento individual para com esse aluno.

A falta de preparo dos professores da área; a dificuldade de avaliar de forma diferenciada, já que não sabe ao certo as limitações reais desse aluno; a quantidade de alunos na turma, às vezes ultrapassando 35 alunos; a frustração de não conseguir transmitir o conhecimento; a inexperiência e a falta de apoio dos órgãos responsáveis são outros fatores destacados.

O professor precisa ter uma qualificação mais específica em relação à inclusão para que possa realizar um bom trabalho em sala de aula. No documento da UNESCO (2001), tem destaque a importância de repensar a função e a formação dos professores, como podemos observar:

A função e a formação docente necessitam ser repensadas com um enfoque sistêmico que integre a formação inicial com a continuada, a participação efetiva em projetos de aperfeiçoamento, a criação de grupos de trabalho docente nos centros educacionais e a pesquisa numa interação permanente. (UNESCO, 2001).

O professor também precisa passar por mudanças, sair da comodidade e do tradicionalismo, tentando assim encontrar formas de transmitir suas informações. Mantoan (2003) ressalta a importância do professor que partilha seus conhecimentos com os alunos, construindo novas formas de ensinar e aprender e destaca que esse tipo de professor compreende melhor as dificuldades dos alunos e as possibilidades que cada um tem para adquirir o conhecimento. (p.76/77). Para escritora, “[...] Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis.” (MANTOAN, 2003, p. 81).

Com novos tipos de alunos na escola, com diferentes saberes, habilidades e potencialidades, provenientes da inclusão, é necessário mudanças na formação dos professores que irão atender esses alunos.

Para Rosa, “[...] é muito importante que a formação dos futuros profissionais dê conta de estratégias e alternativas capazes de instrumentalizá-los para o desenvolvimento de um trabalho profissional competente.” (ROSA, 2008, p. 289). E acrescenta ainda que os conhecimentos devem ser sedimentados a fim de que facilitem o desempenho profissional, sempre de acordo com o plano pedagógico que a escola possui e com um currículo onde o centro das atenções, é o aluno, e que o objetivo principal seja o de superar as dificuldades.

Apenas dois professores afirmaram que não tem dificuldades para trabalhar com esses alunos, uma com curso especial e outra que usou a experiência de mais de 20 anos de sala de aula, para descobrir novas formas de trabalhar e avaliar de forma diferenciada, os alunos que possuem deficiências. Esses dois professores diferenciam-se dos demais por buscarem novas maneiras para ensinar.

Precisa-se ter em mente que o aluno com deficiência, seja ela qual for, tem limitações e não dificuldade de aprender. Freitas (2006) ressalta isso dizendo:

As práticas pedagógicas na educação de alunos com necessidades educacionais especiais estão sujeitas as influências do pensamento de que as pessoas com deficiência têm “dificuldade de aprender”, em razão de considera-las portadoras de limitações orgânicas. Assim, corre-se o risco de perpetuar a divisão especial-regular, buscada nas condições orgânicas da população escolar: os mais lesados, sejam deficientes sensoriais, físicos ou mentais, não reuniram condições de inclusão para ser incorporados pela educação regular. (FREITAS, 2006, p.166).

Do grupo, dez professores disseram que tentam auxiliar aos alunos da melhor forma, com: atividades diferenciadas; adaptações nas aulas; atendimento individual, quando possível, aplicando trabalhos apropriados, resumos; disponibilizam uma atenção especial a esses alunos; explicam de formas diversas, particularmente, e alguns, aplicam atividades em dupla, para que esse aluno possa ser auxiliado por um colega. Para melhor visualização, observe o gráfico:

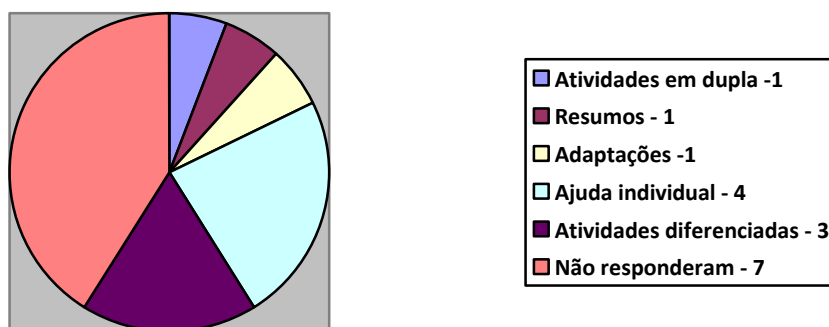


Gráfico 1

É necessário que se modifique os tipos de avaliações para que crianças com dificuldades, sendo deficientes ou não, possam ser atendidas de forma justa e igualitária.

Segundo Rosa (2008), a diversidade encontrada, obriga a escola a preparar-se, criando propostas diferenciadas, levando em consideração “[...] que é ela que pode responder à necessidade educativa de seus alunos. Nesse sentido, é preciso mudar a escola e o ensino ministrado.” (ROSA, 2008, p. 279).

A autora reforça a importância de uma revisão na avaliação tradicional, como se pode observar em:

Na visão inclusiva, será também necessária a revisão do papel da avaliação, não cabendo mais o caráter classificatório, através de notas, provas, que deverá ser substituído por diagnósticos contínuos e qualitativos, visando depurar o ensino e torna-lo cada vez mais adequado e eficiente a aprendizagem de todos os alunos. (ROSA, 2008, p. 280).

Na questão de número 15, são relatados os sentimentos dos professores em relação a esses alunos, aqui aparecem sentimentos como: a frustração, pena, impotência, incapacidade, limitação. Um professor chegou a relatar que muitas vezes, acha que está discriminando os alunos diferentes, já que ele fica num canto e não consegue acompanhar, e o professor por sua vez, fica de mãos atadas, sem saber ao certo como agir e o que fazer para auxiliar.

Dos dezessete professores participantes deste estudo, onze deles gostariam de fazer cursos de especialização para poderem trabalhar com alunos deficientes, adquirindo assim mais segurança e tendo mais facilidade para desenvolverem seu trabalho da forma mais adequada, atendendo as necessidades de todos de forma mais humana, conhecendo cada tipo de deficiência, sem enfrentar grandes problemas; os demais não demonstraram interesse na realização de cursos específicos.

No questionamento sobre o fato da inclusão estar acontecendo na prática como na teoria, todos foram unânimes em responder que não, e acrescentaram indicações que evidenciam, em certos casos, exatamente o contrário como: de que poucos alunos chegam ao ensino médio, pois para algumas famílias, a escola não acrescenta nada de qualidade na vida dessa criança com deficiências; que os professores sem especialização acabam sentindo-se excluídos e que as escolas estão recebendo os alunos sem discriminá-los, mas não possuem condições físicas e humanas para realização de um bom trabalho.

Ressaltaram também que alguns alunos são apenas depositados nas salas de aula; que o despreparo do professor e a falta de tempo para auxiliar o aluno mais prejudicam do que ajudam; de que esses alunos não estão sendo preparados para a vida em sociedade como qualquer outro cidadão; de que não existem recursos específicos e de que a quantidade de alunos por turma dificulta o trabalho.

As dificuldades existem e a escola está se transformando, mas as mudanças são lentas, pois necessitam mais da vontade, participação e comprometimento de todos do que da criação de novas leis. Montoan (2003) reforça uma ideia que não pode ser esquecida, segundo a autora:

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão!

O movimento inclusivo, nas escolas, por mais que ainda seja muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, convence a todos pela sua lógica e pela ética de seu posicionamento social. (MANTOAN, 2003, p. 91).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal analisar o processo de implementação da Política Nacional de Inclusão de pessoas com deficiências e no que se refere a alunos do EM, bem como investigar possíveis dificuldades que os professores das diferentes áreas do conhecimento encontram para realizar seu trabalho numa escola da rede estadual do município de Canoas quando recebem alunos com deficiências em suas turmas.

O interesse pelo assunto pesquisado surgiu após uma experiência pessoal, ao trabalhar com um aluno portador de deficiência visual e um com deficiência motora, e também por ouvir, seguidamente, os comentários de insatisfação dos colegas da Escola por não saberem ao certo que atitudes tomar em relação à inclusão e aos alunos com deficiências diferenciadas que tínhamos na Escola.

Foi realizada uma análise dos casos de inclusão dentro da Escola Esperança, observando-se a quantidade de casos existentes, os tipos diferenciados de necessidades especiais dos alunos matriculados no ano de 2011, a preparação e formação dos professores de EM para trabalharem com a inclusão, os problemas encontrados por eles, as soluções proporcionadas para trabalhar o processo de aprendizagem com alunos deficientes e as maiores angústias e frustrações.

Para investigação do problema, foi utilizada uma pesquisa qualitativa através da aplicação de questionários distribuídos a equipe diretiva e aos professores do EM da escola e a análise do PPP da Escola. Após a verificação dos dados, constatou-se que grande parte dos professores atuantes no EM, encontram dificuldades para trabalhar com os alunos com deficiências, devido ao pouco tempo de convívio com esse aluno dentro da sala de aula e do descaso dos órgãos responsáveis, que “simplesmente mandam” efetuar a matrícula do aluno sem saber se a escola e os professores estão adaptados e preparados para o processo de inclusão. Percebe-se também, as dificuldades dos próprios alunos com deficiência, que tem capacidades amplas de aprendizagem, mas que não conseguem um bom desenvolvimento pessoal devido às dificuldades encontradas.

Após a análise de dados coletados durante a realização da pesquisa, observou-se a necessidade da criação de cursos de formação continuada, para

professores do EM desta Escola, dando ênfase ao processo de inclusão que está cada vez mais presente no dia a dia escolar.

Muitos dos professores questionados sentem-se “sozinhos”, desamparados em relação à situação, não tem curso de formação ou especialização, e não lhes é oferecido nenhum tipo de capacitação para a realização de um bom trabalho, os próprios acabam procurando formas mais adequadas de transmitir as informações e conhecimentos referentes à sua disciplina.

Atualmente, no Brasil, existe uma Política Nacional de Inclusão com base em documentos legais nacionais e internacionais, mas com uma prática escolar ainda distante da realidade, na maior parte dos casos. Esta Política deve ser implementada de forma mais eficiente, através de pesquisas sobre a situação atual da Educação brasileira, possibilitando aos professores da área a criação de subsídios para que o trabalho com a inclusão seja mais acessível e que possa atingir todos os alunos.

Trabalhar com a diferença e com as habilidades e necessidades diferenciadas, dos alunos com deficiência é que passou a ser um grande desafio. Se antes as dificuldades dos professores eram atender de forma justa e igualitária crianças hiperativas, bipolares, com déficit de atenção ou ainda aquelas com altas habilidades, após a inclusão, o obstáculo tornou-se muito maior. Grande parte dos professores não tem curso ou especialização adequada para auxiliar o aluno incluso, independente da sua necessidade ou dificuldade. Essa incapacidade parece gerar no professor uma frustração, principalmente aos do Ensino Médio, que disponibilizam de pouco tempo, devido à carga horária de cada disciplina, prejudicando o contato com o aluno que necessita de um atendimento individualizado e diferenciado do restante da turma.

Este trabalho foi importantíssimo para a aprendizagem e reflexão tanto da pesquisadora quanto do grupo de professores e gestores da Escola, pois instigou a muitas leituras e análises sobre o assunto inclusão escolar. Possibilitando também, efetuar uma avaliação das conversas, discussões, análises, sempre levando em consideração o olhar diferenciado de cada educador pesquisado.

Em todo material disponível das Políticas Públicas de Inclusão, observa-se que as leis e determinações referentes à inclusão de alunos com deficiências existem, mas que na prática, nesta Escola investigada, a aplicação não acontece da forma como deveria, são necessárias mudanças significativas que incluam ao invés

de excluir, que disponibilizem aos educandos, tenham eles as dificuldades que tiverem uma educação de qualidade e igualitária.

Todo aluno com deficiência precisa ser tratado com respeito, não deve ser “depositado” numa sala de aula e nem nivelado aos demais alunos ditos “normais”, mas sim avaliado de forma justa, observando as necessidades básicas que ele possui e suas capacidades intelectuais para realização das atividades, utilizando os recursos necessários para cada tipo de deficiência.

A Escola poderá aproveitar o trabalho, caso seja de seu interesse, para poder reavaliar as metodologias utilizadas; reformulando o PPP, que não apresenta dados referentes ao assunto, acrescentando itens relacionados diretamente com a inclusão escolar; criando projetos que valorizem a igualdade dentro do ambiente escolar e incentivando os professores a procurarem cursos de formação e capacitação, quando forem disponibilizados pelos órgãos responsáveis pela educação ou pela própria Escola.

Uma pesquisa como esta poderá ser aplicada sempre que houver necessidade, pois a cada ano, matriculam-se na Escola, novos alunos com deficiências, visto que a inclusão escolar já faz parte do dia-a-dia das escolas, independente dos níveis de ensino e todas as ações desenvolvidas com o objetivo de valorizar a educação, diminuir os níveis de analfabetismo e diminuir a desigualdade entre as classes sociais do país são válidas e devem ser aplicadas.

REFERÊNCIAS

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil**: promulgada em 25/03/1824. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24/02/1891. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, promulgada em 18/09/1946. Rio de Janeiro: Assembleia Constituinte, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Decreto n.6591/08 de 17 de setembro de 2008. Brasília: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei Federal n.9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view=article

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/fundeb-apresentacao>

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>

_____. **Plano Nacional da Educação**/ Lei n. 10.172/2001. Brasília: 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano de Ações Articuladas**. Brasília: 2007. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=369

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Estabelece as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de set. 2001. Seção 1E, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação de jovens e adultos**. Brasília: 2000. Disponível em http://www.portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresa. São Paulo: RAE Artigos, 1995. Disponível em: http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy2.pdf

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Rio de Janeiro: 1854. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?catid=13&blogid=1&itemid=89>

KUBBE, Ana Luísa. **Políticas Públicas para Inclusão de Alunos Surdos ou com Deficiência Auditiva: Análise de uma Experiência em Escola Pública Estadual no RS**. 2011. (Monografia de Especialização)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1988.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PIETRO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão Escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Usos e abusos dos estudos de casos**. Caderno de Pesquisa. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, promulgada em 10/12/1948. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: http://www.portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

QUEIRÓS, Luis Ricardo Silva. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia**. João Pessoa: 2006. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/claves/pdf/claves02/claves_2_pesquisa_quantitativa.pdf

RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

ROSA, Suely Pereira da Silva; DELOU, Cristina Maria Carvalho; OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes de. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.portal.mj.gov.br/corde/>

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula**. Porto Alegre: Evangraf LTDA, 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

_____. **Fórum Mundial de Educação para Todos**. Dakar: 2001. Disponível em: <http://www.unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: pró-reitoria de Pós-Graduação e pesquisa** – Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

ANEXOS

ANEXO A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
UAB – POLO SAPUCAIA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DA ESCOLA

Eu, _____, diretora da Escola _____, do município de Canoas, autorizo a coleta de dados para ser utilizada no âmbito da pesquisa a ser apresentada no Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria, intitulado: **“A DIFICULDADE DO PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO PARA TRABALHAR COM A INCLUSÃO”**, trabalho realizado por Márcia Rosane de Souza, tendo como Pesquisadora responsável a Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Rodrigues Flores. Esta pesquisa coletou dados no mês de maio de 2011, tendo como principal objetivo, verificar a inclusão escolar e as dificuldades encontradas por professores de área. Esta autorização para publicação dos dados coletados é restrita ao âmbito desta trabalho.

- () Autorizo informar o nome da Escola no trabalho.
() Não autorizo informar o nome da Escola no trabalho.

Sapucaia do Sul, 10 de abril de 2011.

Carimbo

Assinatura do (a) responsável pela Direção da Escola

ANEXO B**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
UAB – POLO SAPUCAIA DO SUL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria/RS. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do (a) pesquisador (a) responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado de forma alguma.

1. Dados de Identificação:

Título do Projeto: A Dificuldade do Professor de Ensino Médio para Trabalhar com a Inclusão

Pesquisadora responsável: Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Rodrigues Flores

Pesquisador (a) acadêmico (a): Márcia Rosane de Souza

Telefone: (51) 30311856

Instituição a que pertence o (a) pesquisador (a) acadêmico: Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Objetivos da Pesquisa:

Gerais:

Analisar o processo de implementação da Política Nacional de Inclusão de pessoas com deficiências e as dificuldades dos professores de EM realizarem seu trabalho numa escola da rede estadual, do município de Canoas.

Específicos:

- Avaliar as dificuldades encontradas pelos professores de área, do ensino médio, para transmitir o conhecimento aos alunos com necessidades especiais.
- Pesquisar os tipos de necessidades especiais encontradas no ensino médio de

uma escola estadual.

- Levantar as condições objetivas da escola “Esperança” para efetivar a “Política Nacional de Inclusão” junto aos alunos do EM.

- Avaliar as condições físicas do local para atender alunos com necessidades especiais.

- Sistematizar e analisar as leis de inclusão.

- Investigar e pesquisar com professores da escola as dificuldades encontradas para a realização do trabalho, em sua área específica, com o aluno de inclusão.

- Coletar, examinar e analisar dados recolhidos após investigação com professores.

- Comparar as respostas dos professores das diferentes áreas de aprendizagens.

- Investigar possíveis maneiras do professor de área trabalhar com a inclusão.

2. Procedimentos a serem utilizados:

Esta pesquisa será desenvolvida a partir de um estudo de caso por tratar-se de investigação realizada especificamente de uma determinada escola, caracterizando-se também como uma pesquisa qualitativa em Educação.

Para o levantamento dos dados, serão utilizados como instrumentos de coleta de informações através de questionários e análise dos documentos referenciais da Escola: Projeto político-pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Curso.

3. Garantia de resposta a qualquer pergunta. Liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si. Garantia de privacidade.

Afirmo que fui informado (a) dos objetivos desta pesquisa de maneira clara e detalhada pelo (a) Pesquisador Márcia Rosane de Souza, acadêmico (a) do curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional. Recebi informações a respeito da metodologia que será implementada e esclareci dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minhas decisões, se assim desejar.

O (A) pesquisador (a) certificou-me de que os dados coletados na pesquisa serão utilizados conforme foram divulgados exclusivamente no contexto dos objetivos desta pesquisa e que os nomes serão fictícios para que se preserve a identidade dos sujeitos.

Caso houver novas perguntas sobre este estudo, poderei contatar com a Professora Orientadora Dr^a Maria Luiza Rodrigues Flores no telefone (51) 3308 - 4132, para qualquer esclarecimento sobre os direitos como participantes deste

estudo.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Sapucaia do Sul,de de 2011.

Assinatura do (a) participante da Pesquisa: _____

APÊNDICES

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

Especializanda: Márcia Rosane de Souza

Questionário direcionado à equipe diretiva da escola.

Assinale a alternativa que melhor lhe convém:

- 1) Qual sua idade?
() entre 18 e 25 anos () entre 25 e 30 anos
() entre 30 e 40 anos () mais de 40 anos
- 2) Qual sua função na escola?
() diretor(a) () vice () supervisor(a) () orientador(a)
- 3) Quanto tempo atua nessa função?
() entre 1 e 5 anos () entre 5 e 10 anos
() entre 10 e 20 anos () mais de 20 anos
- 4) Sua escola tem alunos com necessidades especiais?
() sim () não
- 5) Quais as necessidades especiais que podem ser percebidas nos alunos da escola?

- 6) Sua escola possui infraestrutura adequada para receber alunos com necessidades especiais?
() sim () não

7) Sua escola possui equipamentos apropriados para alunos com necessidades especiais?

() não () sim Quais? _____

8) Houve necessidade de fazer modificações estruturais para receber os alunos com necessidades especiais na sua escola?

() não () sim Quais? _____

9) O aluno com necessidades especiais recebe apoio pedagógico dos órgãos responsáveis?

() sim () não

10) O órgão responsável pela escola disponibiliza cursos de especialização, para o trabalho com os alunos que possuem necessidades especiais, à equipe diretiva e/ou professores?

() não () sim Quais? _____

11) A escola recebe materiais de apoio para trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais?

() não () sim Quais? _____

12) Você acha que a inclusão está acontecendo na prática, dentro das escolas regulares, como na teoria?

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
 CENTRO DE EDUCAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
 ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

Especializanda: Márcia Rosane de Souza

Questionário direcionado aos professores de ensino médio.

Assinale a alternativa que melhor lhe convém:

- 1) Qual sua idade?

<input type="checkbox"/> entre 18 e 25 anos	<input type="checkbox"/> entre 25 e 30 anos
<input type="checkbox"/> entre 30 e 40 anos	<input type="checkbox"/> mais de 40 anos
 - 2) Tempo que atua em sala de aula?

<input type="checkbox"/> entre 1 e 5 anos	<input type="checkbox"/> entre 5 e 10 anos
<input type="checkbox"/> entre 10 e 20 anos	<input type="checkbox"/> mais de 20 anos
 - 3) Sua formação é?

<input type="checkbox"/> Superior incompleto/ cursando	<input type="checkbox"/> Superior completo
<input type="checkbox"/> Superior com especialização	<input type="checkbox"/> Mestrado
 - 4) Qual sua área de atuação?
-
- 5) Você é professor em escolas da rede:

<input type="checkbox"/> municipal	<input type="checkbox"/> estadual	<input type="checkbox"/> particular
------------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------
 - 6) Você tem algum aluno com necessidades especiais em suas turmas?

<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
------------------------------	------------------------------
 - 7) Quantos alunos com necessidades especiais você tem em sua turma?

<input type="checkbox"/> 1 a 2	<input type="checkbox"/> 3 a 5	<input type="checkbox"/> mais de 5
--------------------------------	--------------------------------	------------------------------------
 - 8) Quais as deficiências apresentadas por esses alunos?

9) Você tem curso para trabalhar com alunos com necessidades especiais?

() sim () não

10) Se você respondeu que sim, na questão anterior, diga qual curso de especialização possui.

11) Quantos períodos por semana você trabalha com essas turmas que possuem alunos com necessidades especiais?

() 1 () 2 a 3 () 4 a 5

12) Você encontra dificuldade para trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais?

() sim () não

13) Qual a maior dificuldade encontrada?

14) O que você faz para auxiliar esses alunos?

15) Quais os sentimentos, em relação aos alunos com necessidades especiais, quando não consegue realizar seu trabalho?

16) Você gostaria de fazer cursos de especialização para trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais?

() sim () não

17) Você acha que a inclusão está acontecendo na prática, dentro das escolas regulares, como na teoria?
